

Gilberto Velho¹

ROQUE DE BARROS LARAIA (UNB)

1 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Tomo como ponto de partida para este meu texto a resenha da conceituada socióloga Lícia Valladares, na época pesquisadora do IUPERJ, intitulada *Um antropólogo explora a selva de pedra*, publicada na seção Ideias/Livros do *Jornal do Brasil* em 1º de outubro de 1994 (VALLADARES, 1994). O texto se refere ao lançamento do livro de Gilberto Velho, *Projeto e metamorfose* (VELHO, 1994). Tratando-se de uma resenha para um jornal diário, ilustrada com uma foto do autor ainda jovem, é provável que o título da matéria tenha adquirido o caráter de uma manchete, talvez nem mesmo como uma escolha da autora. Esta nos brindou com um texto excelente, apresentando de forma concisa o objetivo do autor. Afirma que o mesmo, em seu quinto livro, con-

tinua desenvolvendo “[...] a sua linha de reflexão sobre a dimensão cultural-simbólica da sociedade brasileira e o lugar dos indivíduos na sociedade, notadamente no contexto metropolitano”.

Seguindo o pensamento do autor, Lícia Valladares destaca que “[...] é sobretudo na metrópole que a heterogeneidade cultural e a diversidade quanto à posição na estratificação social, idade, etnia e grupo ocasional, produzem a coexistência, muitas vezes contraditória, de diversos estilos de vida e visões de mundo”. Segundo Gilberto Velho, família, trabalho, lazer, opções políticas, configuram um *campo de possibilidades* em que os atores individuais se movem, mais ou menos impelidos e pressionados, mas com uma gama básica de alternativas e opções. A diversidade dos papéis e domínios, associada à possibilidade de trânsito entre estes, possibilitam e produzem identidades multifacetadas e de estabilidade relativa.

O que me levou a evocar esta resenha, encontrada entre outros recortes, xeroxes e separatas, em uma pasta denominada Gilberto Velho, pertencente ao meu arquivo pessoal, numa atitude ritualizada de busca de compensação pela perda de um grande amigo, foi a compreensão que o texto de nossa colega delimitou, com bastante nitidez, todo o campo de trabalho de Gilberto. Trabalho este que foi responsável por um grande desenvolvimen-

to, entre nós, do que se costumou chamar de Antropologia Urbana, o que poderíamos definir como a aplicação do método de pesquisa em uma sociedade complexa.

Gostei do título (ou manchete): *Um antropólogo explora a selva de pedra*. Vários sentidos estão contidos nestas sete palavras, entre eles o fato de que antropólogos trabalham tradicionalmente em selvas, sejam elas das ilhas do Pacífico, das savanas africanas ou das florestas da Amazônia. Ou seja, todos os antropólogos necessitam de uma selva para desenvolver o seu método de pesquisa. Um outro sentido, que prefiro, é exatamente que Gilberto continuou sendo um antropólogo, mesmo trabalhando em um contexto excessivamente urbano. Malinowski tornou famosas as ilhas de Trobriand, no Pacífico. Gilberto Velho, também escolheu a sua ilha, limitada ao oeste pelo verde da serra do Mar, ao sul pelas restingas, ao leste pelas águas azuis de Copacabana e Ipanema, e ao norte pela Zona Norte, de onde saiu, aos 7 anos, fazendo votos de nunca mais voltar.

Gilberto, enfim, escolheu o seu *field work* bem perto de casa, sem necessitar de abrir mão de seus hábitos excessivamente urbanos, de sua pontualidade mais do que britânica, das suas preferências gastronômicas, aliás bem sofisticadas. Sem sair de seu seletor círculo de amizade, originário principalmente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na história de vida de Gilberto, o seu ingresso no Colégio de Aplicação decorreu de um fato inusitado. No ano em que deveria fazer o seu exame de admissão ao Colégio Militar, um ato do Ministro da Guerra suspendeu a realização do exame. Gilberto pertencia a uma linhagem de militares – todos os seus antepassados do sexo masculino (avôs e tios, de ambos os lados) eram oficiais do exército. Guardava com carinho uma antiga foto da família de seus avós maternos. Estes apareciam cercados de filhos e netos: todos os homens usando a farda do exército e todos os meninos o uniforme do Colégio Militar. Assim o natural era que ingressasse, como o seu irmão mais velho, no conceituado colégio situado na Tijuca. Acabou, então, indo para o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1968, concluiu o seu curso de graduação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual foi auxiliar de pesquisa de Mauricio Vinhas de Queiroz. Nessa ocasião demonstrou um interesse paralelo pelo estudo da Arte, tendo chegado a editar quatro volumes sobre o tema na coleção Textos Básicos de Ciências Sociais da Zahar. Mas o seu ingresso, em 1969, no Mestrado de Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), mudou o rumo de sua história. De agosto de 1969 a dezembro de 1970, como aluno do PPGAS, começou a sua iniciação antropológica. No prefácio de seu

primeiro livro refere-se à influência principal de três de seus professores: Shelton Davis, seu orientador, além de Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto DaMatta.

Em 1971, como bolsista da Fundação Ford, teve a oportunidade de, na Universidade do Texas, em Austin, ter contato com Richard Adams e Anthony Leeds, entre outros. No mesmo ano, sob a orientação de Adams, realizou uma pesquisa, na Nova Inglaterra, junto aos imigrantes portugueses residentes nas imediações de Boston.

Ao regressar ao Brasil, teve de enfrentar questões que considerou como bizantinas na realização de um trabalho mais sociológico do que antropológico, ou de como transformar o “nós” em “outro”, realizando o inverso da tradição antropológica.

De fato, essas questões já tinham começado a ser resolvidas mesmo antes de sua partida para o exterior, no segundo semestre de 1969. Quando em companhia de Yvonne Maggie Alves Velho, realizou uma pesquisa de campo em um famoso edifício de apartamentos conjugados situado na rua Barata Ribeiro, 200. Tão famoso que se tornou título para uma peça teatral que fez sucesso no início dos anos 1970: *Um edifício chamado 200*.

Foi, assim, em *A utopia urbana* (VELHO, 1973) que Gilberto Velho iniciou uma série de publicações sobre a Zona Sul do Rio de Janeiro, uma Antropologia Urba-

na, direcionada à classe média ou uma Antropologia das sociedades complexas. Já nesse primeiro trabalho ficou evidente que o autor conseguiu obter um bom distanciamento de seus informantes e, sobretudo, o necessário estranhamento das situações observadas, tarefa esta que não deve ter sido fácil para quem também era um morador de um edifício semelhante.

Mesmo antes da publicação do primeiro livro, Gilberto já incorporava em seu esquema conceitual um conjunto de termos, como *estigma* e *comportamento desviante*, que mostravam a sua ligação com uma corrente que incluía Simmel e o grupo de antropólogos e sociólogos de Chicago, entre os quais destacamos Robert Park, Everett Hughes, William Thomas, William Foote Whyte.

Ainda em 1971, publicou, na *Revista América Latina*, o seu artigo “Estigma e comportamento desviante em Copacabana”. Nesse artigo, ao contrário da peça teatral que destaca a comédia de viver em um edifício chamado 200, Gilberto ressalta o drama, a ambiguidade de identidade, de quem por um lado chegou a Copacabana, mas por outro vive em um edifício mal-afamado, correndo o risco de ser acusado de *desviante* ou, até mesmo, de marginal.

Não resta dúvida da importância do papel de Gilberto Velho na divulgação no Brasil dos trabalhos da chamada Escola de Chicago. Isto fica bem evidente em uma

análise das numerosas dissertações de mestrado e teses de doutoramento que orientou no âmbito do PPGAS do Museu Nacional.

Creio que foram poucos os cientistas sociais brasileiros que tiveram tantos orientandos (64 mestrados e 35 doutorados). Graças a um amplo campo de interesses, que incluía estudos das relações “entre cultura e política, instituições e poder, violência e quotidianos em contextos urbanos diversos” é inegável o papel que desempenhou na escolha dos objetos de estudo de seus alunos; levando em consideração as potencialidades de cada um na orientação minuciosa e exigente que exerceu sobre os mesmos. Preocupado com o financiamento das pesquisas de seus alunos, manteve durante muito tempo o projeto Estilos de Vidas Metropolitanas, financiado pela Fundação Ford, que lhe possibilitou fornecer bolsas aos seus estudantes. Além disto, sempre teve uma grande capacidade de facilitar as publicações dos resultados em artigos, em livros e em diversas coletâneas organizadas por ele próprio. Muitas dessas publicações fizeram parte da Coleção Antropologia Social, que dirigia na Zahar, na qual tenho a satisfação de contribuir com um livro.

Também no âmbito das reuniões da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, Gilberto criou espaços para as primeiras apresentações de seus alunos, como,

por exemplo, o GT da ANPOCS Cultura e Política, coordenado por ele, Eunice Durham e Ruth Cardoso, que, em oito versões, no período de 1979 a 1995, contou com a participação de muitos de seus estudantes.

Com certeza a sua audácia em ampliar os limites da Antropologia Urbana até então praticada no Brasil, serviu de estímulo a um de seus alunos para a realização de uma investigação antropológica até então impensável: Celso Castro abriu um novo espaço de pesquisa, a Antropologia dos militares. Sou testemunha da sua satisfação com esse novo rumo de nossa disciplina. Afinal, filho e neto; sobrinho e primo de militares; tendo passado uma parte de sua infância em West Point, não conseguia ocultar as suas influências castrenses: os quadros de batalhas napoleônicas, ostentados nas paredes de seu apartamento, e uma coleção de valiosos soldados de chumbo disputando espaço com seus incontáveis livros.

Juntamente com os seus orientados, Gilberto introduziu no vocabulário antropológico novas categorias sociais, além de ampliar o número de conceitos. Assim, começamos a ouvir falar de “adolescência tardia”, “casais grávidos”, “filhos do coração”, “garotas de programa”, “mundos femininos”, “padrões de conjugabilidades”, “autoridade e afeto” e a oposição que intitulou a sua tese de doutoramento, orientada por Ruth Cardoso, “anjos e nobres”.

Vimos que a sua dissertação de mestrado, *A utopia urbana*, além de se referir ao desejo de uma parte da população do Rio de Janeiro de morar em Copacabana, então a mais famosa de todas as praias brasileiras, foi o resultado de uma pesquisa em um edifício sobre o qual recaía o estigma de alojar diversos tipos de marginais. A sua tese de doutoramento, *Nobres e anjos* (VELHO, 1998), mantém características semelhantes. Analisou dois grupos de jovens de classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, que tinham em comum o uso de entorpecentes. Os “anjos” seriam adolescentes, usuários de maconha, pouco afeitos aos estudos, geralmente praticantes de surf e cujo único projeto de vida – quando tinham – era surfar no Havaí. Os “nobres” seriam jovens dos 30 anos, usuários de cocaína, mas que tinham a seu favor o fato de ter realizado um curso superior e com grandes projetos de vida (como a produção de um filme genial, um magnífico livro, ou qualquer outro excelente empreendimento cultural). Muitos dos “nobres”, financiados pelos pais, já tinham vivido as suas primeiras aventuras no exterior. Muitas vezes os informantes, “anjos e nobres”, eram membros de uma mesma família – irmãos mais novos e irmãos mais velhos – que recebiam tratamentos diferentes por partes dos pais. Estes acreditavam e apoiavam os projetos grandiosos dos filhos, apesar de suas improváveis concretizações. Por outro lado, faziam

pesadas acusações contra os “anjos”, ameaçando-os de internamento em clínicas psiquiátricas. Defendida na Universidade de São Paulo em 1975, a sua tese de doutoramento somente foi publicada em 1998, ou seja, 23 anos depois. A sua grande preocupação era que os seus informantes não fossem identificados. Não queria viver o mesmo drama de Wright Mills, que teve os seus dados de pesquisa apreendidos pela polícia cubana, e temia que os seus informantes fossem reconhecidos.

É preciso destacar, também, o seu papel na política científica. Em 1981, como representante da área no Comitê de Ciências Sociais, foi encarregado para coordenar a Comissão de Avaliação e Perspectivas da Área de Ciências Humanas, tendo me convidado para ser responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação de Antropologia. Em 1996 foi nomeado pelo Presidente da República como representante da área de Ciências Humanas do Pronex. Foi também coordenador do Comitê de Ciências Sociais da CAPES, em 1984. Sempre teve um forte relacionamento com a área cultural. Foi membro da Comissão de Museus do Ministério da Cultura. Fez parte do Conselho Diretor da FUNARTE e, de 1983 a 1993, foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN. Sempre teve um forte relacionamento com o Centro Nacional de Folclore, tendo sido vice-presidente da Associação de Amigos do Museu Edson Carneiro.

Gostaria de destacar um fato marcante de sua trajetória acadêmica: a atuação como membro do Conselho Consultivo do, então, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi quando teve a oportunidade de ser o relator no processo de tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca, situado no Bairro do Engenho Velho em Salvador. Trata-se de um dos primeiros terreiros de Candomblé da Bahia, fundado que foi, em 1830, por três negras da Costa, segundo uma tradição ritual Ketu. Provavelmente, uma delas se chamava Nassó, pois o terreiro foi, durante algum tempo, chamado de *Ilê Iyá Nassó*, casa de mãe Nassó. Um terreiro importante que deu origem a vários outros, inclusive ao Terreiro de Gantois, no caminho do Rio Vermelho.

O crescimento imobiliário de Salvador, no final dos anos 1970 e início dos 1980, provocou uma grande valorização dos terrenos nas áreas do Engenho Velho. No início dos anos 1980, o Terreiro da Casa Branca começou a ser ameaçado de despejo por parte do proprietário do terreno, onde estava situado o Candomblé. Embora o terreiro estivesse ocupando a área desde a terceira década do século XIX, nunca houve uma preocupação em legalizá-la. Como é comum em um país eminentemente cartorial, alguém o registrou em seu próprio nome. Provavelmente um herdeiro do suposto proprietário começou a reivindicar a posse do mesmo e, em agos-

to de 1982, o colocou à venda. Segundo os praticantes do Candomblé, o terreiro é um espaço sagrado que não pode simplesmente ser substituído por outro. Cada vegetal, cada pedaço de terreno tem um significado religioso. Iniciou-se, então, em Salvador, uma grande movimentação em defesa do mesmo: o próprio prefeito de Salvador, Renan Baleeiro; Dom Timóteo, abade do Mosteiro de São Bento; membros de blocos carnavalescos, todos defenderam a permanência do terreiro. O então conceituado *Jornal do Brasil*, em 30 de junho de 1982, também se manifesta: “Candomblé pode perder a sua Meca!”. Segue-se a essa manchete um texto com pronunciamentos dos antropólogos Ordep Serra, Yeda Pedroso de Castro e de Gilberto Velho, então presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

Em outubro de 1983, Gilberto Velho, agora como Conselheiro do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, juntamente com Marcos Vinicius Vilaça, então Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Presidente do Conselho Consultivo do SPHAN, dão início ao processo de tombamento do terreiro. Em 23 de maio de 1984, Gilberto é designado como relator do processo, com um prazo muito curto para uma reunião do Conselho marcada para o dia 31 de maio em Salvador.

Segundo Gilberto (VELHO, 2006), a centésima oitava reunião do Conselho Consultivo realizou-se “[...]”

nos imponentes salões da Santa Casa da Misericórdia, em Salvador, com a presença de um público altamente mobilizado e emocionado. Na abertura da reunião estava presente o próprio Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão”.

Não foi uma reunião fácil. O Conselho era, então, constituído por 14 membros. Para muitos deles a proposta de tombamento de um terreiro de Candomblé parecia despropositada. Até então, em seus 47 anos de existência do SPHAN, “[...] o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado basicamente a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira principalmente do Império e da Primeira República”. Privilegiavam-se construções de alto valor artístico ou monumentais. Portanto, para muitos conselheiros, o Terreiro da Casa Branca pecava pela sua simplicidade material. Como escreveu Gilberto, “[...] nada que pudesse se assemelhar à Igreja de São Francisco em Ouro Preto, aos profetas do Aleijadinho em Congonhas, Minas Gerais, ao Mosteiro de São Bento, ao Paço Imperial da Quinta da Boa Vista ou à Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro”.

Além de Gilberto Velho e Marcos Vinicius Vilaça, o Conselho era constituído por personalidades importantes da época, como Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, José Midlin, Gilberto Ferraz, Maria da Conceição Moraes Coutinho, Roberto Cavalcanti de Albuquerque,

entre outros. Em seu artigo mencionado, Gilberto demonstra o seu respeito pelos seus companheiros de colegiado. Segundo ele, os membros do Conselho que discordavam do tombamento “[...] tinham as suas convicções honestas e arraigadas, produtos de décadas de práticas voltadas para um outro tipo de política do patrimônio. Quase todos os presentes na reunião de Salvador concordavam que era necessário proteger o terreiro, mas alguns insistiam em não utilizar a figura do tombamento”.

Lamentamos mais uma vez a falta de Gilberto. Ninguém melhor que ele poderia descrever o que foi a referida reunião do Conselho. Sabemos apenas que, dos quatorze membros do Conselho, apenas sete foram a Salvador. Destes, dois se abstiveram de votar; um votou pelo adiamento da decisão; um votou contra e três votaram a favor.

Em seu parecer, Gilberto valorizou a importância da contribuição das tradições afro-brasileiras para o Brasil como um todo. Definiu cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões do mundo existentes em uma sociedade. Ao recomendar o tombamento, considerou fundamental chamar a atenção para o fato de que “[...] o acompanhamento e a supervisão do SPHAN deve, mantendo os seus elevados padrões, incorporar uma atitude flexível diante desse fenômeno religioso”.

A importância do primeiro tombamento de um terreiro de Candomblé, ocorrido naquele memorável ano em que a sociedade brasileira começava a obter as suas primeiras vitórias contra a ditadura, foi sem dúvida um ato de grande significação: “era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do estado nacional”. É necessário recordar que, até 1945, o funcionamento dos terreiros dependia de um alvará fornecido pela Delegacia de Costumes!

Transcorridos praticamente 30 anos depois dessa histórica decisão, em 30 de novembro de 2013, tive a oportunidade de ser o relator do Terreiro de Oxumaré, situado na mesma região de Salvador do Terreiro da Casa Branca. O Conselho é agora constituído por 22 membros, um dos quais representa a Associação Brasileira de Antropologia. A maioria dos componentes do Conselho estava presente e unanimemente votaram pelo tombamento do Terreiro de Oxumaré.

Desde 1974, quando participou da Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Florianópolis, tornou-se um assíduo membro das reuniões das associações científicas vinculadas a sua área de conhecimento. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia, de 1982 a 1984, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, de 1994-1996, e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

No decorrer de sua carreira foi contemplado com diversas honorarias, das quais destaco a Grã-Cruz de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico; Comendador da Ordem do Rio Branco; Medalha Rodolfo de Melo Franco, Medalha Rui Barbosa, Medalha CAPES, 50 anos; Medalha Roquette Pinto; além de ser um dos poucos cientistas sociais acolhidos como membro da Academia Brasileira de Ciência.

É impressionante os quantitativos de sua produção acadêmica: 20 livros, sendo 8 individuais; 113 artigos; 69 capítulos em livros; 96 orientações de mestrado e doutorado; 392 trabalhos apresentados em Congressos, no Brasil e no exterior, 249 participações em bancas de dissertações e doutorados.

Enfim, este é um resumo de uma carreira acadêmica iniciada em 1969, como auxiliar de ensino de Antropologia, no Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A partir de 1981, participamos juntos de várias atividades científicas, o que consolidou uma forte amizade. Desde aquela época, Gilberto já fazia questão de aparentar mais velho do que era. Escondia atrás de uma máscara solene o seu agudo espírito de humor, seu afinado senso crítico. Sentia um imenso prazer em criar peças, denominadas por seus amigos de “gilbertadas”. Mas, sobretudo, era um amigo leal.

Gostaria de terminar relembando um episódio ocorrido durante a reunião da ABA, em 1980, no Rio de Janeiro. Tentei entrar em auditório lotado. Consegui, apenas, ficar parado em uma das portas. Uma jovem estudante, então, perguntou-me: “quem é este senhor autoritário que está falando?”. Era o Gilberto, com seus 35 anos de idade, assumindo a postura indicada pelo seu sobrenome.

Assim era o meu amigo Gilberto Velho, que gostava de interpretar um papel de austeridade, buscando ocultar a sua real personalidade: uma pessoa altamente sociável, como demonstra a sua extensa e diversificada rede de amizades; um amigo prestativo e preocupado com o bem-estar de todos; um cidadão preocupado com o desenvolvimento científico do país. Enfim, uma grande perda para o país e para todos aqueles que tiveram a sorte de conviver com ele.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

VALLADARES, Licia. Um antropólogo explora a selva de pedras. Ensaios lançam um novo olhar sobre as condições das modernas sociedades urbanas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de out. 1994. Ideias/Livros.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. Estigma e comportamento desviante em Copacabana. In: VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006.